

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Dora Leal Rosa

Vice-Reitor

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mora Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Cauby Alves da Costa

Charbel Nimó El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

Tânia Lobo

Zenaide Carneiro

Juliana Soledade

Ariadne Almeida

Silvana Ribeiro

Organizadoras

ROSAE

LINGUÍSTICA HISTÓRICA, HISTÓRIA DAS LÍNGUAS
E OUTRAS HISTÓRIAS

Ye

604

Salvador

EDUFBA

2012

Universität Zürich
Romanisches Seminar

2012, autores
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Projeto gráfico, editoração e capa
Josias Almeida Jr.

Revisão
As organizadoras
Normalização
As organizadoras

Sistema de Bibliotecas - UPBA

ROSABE - Linguística histórica, história das línguas e outras histórias / Tânia Lobo ... [et al.],
Organizadoras. - Salvador : EDUFBA, 2012.
728 p. il.

Textos apresentados no ROSABE - I Congresso Internacional de Linguística Histórica,
realizado em Salvador, no período de 26 a 29 de julho de 2009.
Inclui 1 CD-ROM

ISBN 978-85-232-0844-8

1. Linguística histórica. 2. Língua portuguesa - História. 3. Linguagem e línguas - História.
I. Lobo, Tânia.

CDD - 417.7

Editora filiada à



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115 Salvador-BA, Brasil
Tel./fax: (71)3283-6160/3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

Apresentação

Saudação

Maria Helena MIRA MATEUS
13

Celebração de Rosa Virginia

Mattos e Silva
Aialba Teixeira de CASTILHO
19

Rosge: desvelando um dativo

Rosa Virginia MATTOS E SILVA
25

Lusofonia: utopia ou quimera?

Língua, história e política
Carlos Alberto FARACO
31

A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa

Henrique MONTEAGUDO
51

Periodização e competição de gramáticas:

o caso do português médio
Charlotte GALVES
65

Completivas com duplo-que no português arcaico

Ilza RIBEIRO
75

O português são dois... ou três?

Mary A. KATO
93

Varição PE-PB sem configuracionalidade discursiva:
argumentos adicionais para a primazia da sintaxe

João COSTA
109

A representação dos sujeitos de "referência estendida":
um estudo diacrónico

Maria Eugénia DUARTE
123

Mudança sintática no português brasileiro:
a perda de predicados complexos

Sônia CYRINO
137

Sobre variação e mudança no português do Brasil:
aspectos morfossintáticos

Dinah CALLOU
161

Os caminhos trilhados por você...
em cartas caríocas (séculos XIX-XX)

Célia LOPES
Janaina de SOUZA
171

Aparente variação na concordância sujeito-verbo no português europeu:
ambiguidade quanto ao carácter singular ou plural do sujeito frásico

Ana Maria MARTINS
191

O desenvolvimento de regras de concordância variável em variedades de
português a partir de modelos-estímulos (*Inputs*) diferentes

Alan N. BAXTER
Norma LOPES
221

Fluxos e contrafluxos:
movimentos sociolinguísticos da comunidade de fala brasileira

Anthony J. NARO
Marta SCHERRE
239

A deriva secular na formação do português brasileiro:
uma visão crítica

Dante LUCCHESI
249

A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrónico

Mário Eduardo VIARO
275

O passado presente em construções lexicais:
substantivos deverbiais X-gão de origem latina no português do Brasil

Margarida BASILIO
293

Morfologia lexical no português médio:
variação nos padrões de nominalização

Graca Maria RIO-TORTO
305

A antroponímia no português arcaico:
aportes sobre a sufixação em nomes pessoais

Juliana SOLEDADE
323

Mudanças na realização de /r/, /r/ em português

Volker NOLL
337

Monotongação de ditongos crescentes: realidade linguística e social

Dermeval da HORA
349

Pistas de mudanças fonéticas na ortografia do português

Myrian Barbosa da SILVA
357

Efeitos da (nova) ortografia no léxico do português:
mecanismos gramaticais na grafia de algumas palavras e resultados no uso

Enilde FAULSTICH
363

Lexicografia histórica e questões de método

Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO
381

O léxico do português do Brasil em dicionários

Maria da Graça KRIEGER
391

Contacto de línguas em Moçambique:
algumas reflexões sobre o papel das línguas bantu
na formação de um novo léxico do português

Perpétua GONÇALVES
401

Lexicalização e gramaticalização:
processos independentes ou complementares?

Therézinha BARRETO
407

Adverbiais espaciais e temporais portugueses: trajetos léxico-semânticos

Sônia COSTA
417

Gramaticalização e semantização das conjunções correlativas “sem cabeça”:
o caso do *que* consecutivo

Marcelo MODOLO
441

La géolinguistique romane: de Gillieron aux atlas multimedia

Michel CONTINI
453

Geolinguística, sustrato y contacto lingüístico:
español, português e italiano en Uruguay

Adolfo ELZANÇIN
481

ALIB – um atlas nacional com dimensões continentais:
problemas, soluções, resultados

Suzana CARDOSO
499

Dois momentos da geolinguística no Brasil: APFB e ALIB

Jacyra MOTA
509

Dados geolinguísticos diacrônicos e sincrônicos
do campo semântico do corpo humano

Vanderlei AGUILERA
519

Linguística Histórica e Filologia

Clarinda MAIA
533

A edição semipaleográfica da versão portuguesa do *Vita Christi* (1495) usando as
técnicas do Hispanic Seminary of Medieval Studies

Michael J. FERRERA
543

A expressão do alocutário no *De re coquinaria*

Célia TELLES
555

Dos cancioneros miscelâneos aos *Liederbücher*:
problemas de edição da lírica profana galego-portuguesa

Risoneite de SOUZA
567

Tradição discursiva e gênero

Johannes KABATEK
579

Tradições discursivas e tratamento de *corpora* históricos:
desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro

Afranlio BARBOSA
589

Cinco siglos de cartas:
notas sobre la comunicación epistolar en España (siglos XVI a XX)

Antonio CASTILLO GÓMEZ
607

O nome dela era Rosa:
epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII

Klebson OLIVEIRA
Ílania LOBO
623

A língua e a escola na Bahia no século XIX:
um olhar sobre materiais didáticos

Emília Helena de SOUZA
647

O conceito de língua em perspectiva histórica:
reflexos no ensino e na formação de professores de português

Edileise MENDES
667

Prescrição versus criatividade
no ensino da gramática do português

Maria Clara PAIXÃO DE SOUSA
679

Lexicografia e ensino:
em busca de um uso reflexivo do dicionário em sala de aula

Arladne ALMEIDA
Patrícia GOMES
699

Problemas e tendências no trabalho com
a língua portuguesa no ensino básico

Stella Maris BORTONI-RICARDO
717

Ensino de português língua estrangeira/EPL:
a emergência de uma especialidade no Brasil

José Carlos Paes de ALMEIDA FILHO
723

Apresentação

Encontram-se aqui coligidos 47 textos escritos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros em homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva e apresentados durante o *ROSAE – I Congresso Internacional de Linguística Histórica*, realizado em Salvador, no período de 26 a 29 de julho de 2009. Para além dos textos, abrem este livro duas “Saudações” à homenageada, uma feita por Maria Helena Mira Mateus (Universidade de Lisboa), e a outra, por Ataliba Teixeira de Castilho (Universidade de Campinas e Universidade de São Paulo), destacando a centralidade da obra de Rosa Virgínia Mattos e Silva nas investigações sobre o português arcaico e sobre o português brasileiro, respectivamente.

Apresentar a homenageada é tarefa fácil, porque dispensável. Na abertura da sua fala no *ROSAE*, afirmou Ataliba Teixeira de Castilho: “Estamos aqui reunidos para celebrar Rosa Virgínia Mattos e Silva, vale dizer, para celebrar a Linguística Histórica no Brasil”. É, pois, em reconhecimento a uma linguista brasileira e baiana – ou, talvez melhor, a uma professora de português, como ela sempre se identificou – e a uma obra em que se distinguem profunda erudição e profunda sensibilidade que se oferece A ROSA este livro, com trabalhos que versam sobre temas que sempre lhe foram caros e que se integram a diversas áreas da investigação linguística, a saber: *Morfossintaxe do português arcaico*, *Morfossintaxe do português brasileiro*, *Filologia*, *Fonologia*, *Lexico*, *Geolinguística românica*, *Geolinguística no Brasil*, *Gramaticalização*, *Tradições discursivas*, *Tradições discursivas*, *O português em contato na atualidade*, *Contato linguístico na formação do português brasileiro*, *Ensino de língua portuguesa*.

Pelo apoio irrestrito recebido, agradece-se, primeiramente, às três universidades baianas promotoras do *ROSAE* – a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Destaca-se, em seguida, a atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e da Coordenação de Aperfeiçoamento Científico de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas instituições também promotoras do evento, sendo ainda a



Tradição discursiva e gênero

Johannes KABATEK
Universidade de Tübingen

Introdução

É impressionante o eco tão positivo que encontrou o termo *Tradição Discursiva* na comunidade científica – especialmente na linguística histórica. Existe uma série de explicações para este fenômeno, que deveríamos discutir no contexto de umas reflexões sobre a história da linguística, e aqui só queremos fazer alusão a duas delas: em primeiro lugar, geralmente excluída e existe, por isso, uma necessidade de recuperar o excluído para o lugar onde tem relevância; e, em segundo lugar, as partes do termo composto, quer dizer, “discurso” e “tradição”, convidam a uma série de interpretações que parecem permitir com facilidade a aproximação ao paradigma das tradições discursivas. Como terceira razão, devemos mencionar a procura, geral na história das ciências, de paradigmas novos e de inovação terminológica.¹ Mas, se é verdade que a primeira razão leva realmente à *necessidade* de inovação, as outras duas razões também encerram um certo perigo: em primeiro lugar, o da adoção de uma etiqueta aparentemente nova para a denominação de algo já conhecido e um uso não unitário do termo – coisa não só problemática, mas fatal no caso de um termo científico, já que o deixa inutilizável. Olhando mais de perto a história desse conceito, podemos observar que uma certa desintegração terminológica não é produto da recepção do termo fora da romanística alemã (onde esse termo nasceu), mas já encontramos também aqui algumas diferenças internas no uso desse conceito, diferenças que acrescentam posteriormente na sua adoção em outros âmbitos.

Procuramos em uma série de trabalhos esclarecer o termo mediante uma definição que o situe adequadamente no contexto da sua criação inicial e de desenvolvê-lo partindo de lá.² Agora bem, sobretudo com respeito a um aspecto particular, existe um problema

¹ Em alguns casos de sucesso do termo na Espanha, América Latina ou no Japão, outro fator é a procura de alternativas a paradigmas dominantes procedentes do âmbito anglo-americano.

² Veja-se, entre outros, Kabatek (2005a-d).

de delimitação que repetidas vezes se tem apresentado, concretamente a questão da relação entre tradição discursiva (TD) e gênero. Em diferentes trabalhos, ambos os termos são equiparados a tal ponto, que, às vezes, parece que a tradição dos estudos de gênero é renovada com um termo novo em aparente inovação que, na realidade, não é mais do que vinho velho em odres novos. As seguintes reflexões pretendem discutir novamente a delimitação entre TD e gênero e argumentar por que haveria que evitar, na nossa opinião, a confusão entre os dois termos. Começaremos com algumas ideias sobre o conceito das TD, falaremos brevemente sobre a noção de gênero e ofereceremos no final um esboço de como os dois termos podem ser combinados de maneira produtiva.

1 As tradições discursivas

É um fato que a linguagem humana sempre aparece em forma de uma língua histórica particular, quer dizer, em forma de uma estrutura historicamente determinada. As línguas são transmitidas de geração em geração, e essa transmissão é um universal linguístico.

A linguística assinalou isto repetidas vezes, quando, por exemplo, Ch. F. Hockett acentua a tradição no sentido de algo que diferencia o falante humano de uma máquina que fala,³ ou quando Eugenio Coseriu fala da historicidade da linguagem como uma das suas particularidades universais. Essas observações trazem consigo, porém, uma certa falta de clareza terminológica e conceitual, se pensamos que os termos historicidade e tradição se referem na realidade a fenômenos diferentes: por um lado, o fato de que falar se baseia sempre em uma técnica historicamente dada, e que, por outro lado, é caracterizado pelos textos já produzidos. No caso de Michel Foucault, essa diferença leva à afirmação de que a linguagem em realidade é a-histórica e que o que é histórico são unicamente os textos.⁴ Tem havido, então, uma contradição quando a linguagem é descrita como profundamente histórica e ao mesmo tempo como a-histórica. A solução dessa confusão terminológica está na diferenciação, por um lado, entre língua e texto, como foi feita pelo mesmo Foucault, e, por outro lado, entre diferentes historicidades, tal como propomos, seguindo E. Coseriu:⁵ podemos distinguir uma primeira historicidade, que na realidade é só geneticamente histórica e que consiste na adoção de uma técnica adotada pelo falante como técnica, permitindo-lhe depois a produção livre de enunciados. Essa técnica não é apreendida como algo dado, senão que é criada novamente dentro do falante sobre a base de enunciados ouvidos e assumidos. A partir do momento em que o falante adquiriu essa técnica, ele é capaz de falar de maneira autônoma e não precisa mais da relação com a

história: assumiu essa história sob forma de uma gramática e de um léxico, assim como um pássaro que aprendeu a voar, com a diferença fundamental de que o pássaro aprende a voar por predisposição genética e o falante só dispõe da capacidade geneticamente dada de apreender uma língua qualquer, mas certamente não as estruturas de uma língua particular. A partir do momento em que o indivíduo domina uma língua particular, ele mesmo começa a ser colaborador dinâmico na criação da história dessa língua: é parte dessa história e, como tal, como indivíduo situado dentro dela, é liberado dela, já que a leva dentro de si mesmo. Esta historicidade, que é provavelmente a mais fundamental para a linguagem, produz a impressão de que a linguagem seja um ente sem história, já que a essência da linguagem não reside na historicidade de cada acontecimento (cada enunciado) concreto, mas na técnica abstrata para a produção dos acontecimentos.

No entanto, o fato de os enunciados não serem unicamente momentos históricos únicos, a possibilidade de eles repetirem outros enunciados anteriores leva à necessidade particular e segundo um léxico disposto por uma língua determinada, é também tradição, no sentido de repetição do já dito, e, ao lado da ciência dos sistemas linguísticos, a ciência geral da linguagem precisa dar conta do papel dessa tradição – também pelas relações mútuas entre ela e a ciência dos sistemas linguísticos. A este propósito, cabe dizer que precisamente essa relação mútua é fundamental para a mudança linguística, que pertence à essência da primeira historicidade (cf. KOCH, 2008): como é historicamente gerada, a estrutura linguística tem, pela sua parte, uma história.

Podemos, então, resumir até aqui os seguintes aspectos: os sistemas linguísticos são objetos históricos adquiridos pelos falantes como técnicas e mediante os quais os indivíduos produzem enunciados individuais. Os sistemas mesmos não são estáticos, eles são transformados continuamente pelos processos dinâmicos de transmissão e de diálogo: as línguas mudam. Os enunciados individuais são historicamente únicos e, na história da sua unicidade, estão situados no tempo e no espaço; mas eles podem referir-se a outros enunciados individuais, repetindo-os ou alternando-os.

Essa segunda historicidade, para a qual talvez o termo *tradição* seja mais adequado, é comparável com outras tradições culturais (como as tradições da arquitetura, da cozinha, dos gestos paralinguísticos); mas a particularidade, no caso das tradições linguísticas, é que a primeira e a segunda historicidade coincidem no mesmo objeto. Assim, uma expressão como “bom apetite” está construída segundo a gramática do português, mas, ao mesmo tempo, se refere a uma tradição do falar particular e repetível, com um “valor adicional”, que é dado precisamente pelo caráter de signo próprio dessa expressão e pela sua repetitividade. Essa repetitividade pode afetar expressões breves e simples ou longas e tendo a segunda historicidade não se limita a uma forma particular dessa tradição ou a uma referência cultural determinada; sua manifestação atesta apenas que existe uma relação temporal-espacial entre enunciados, podendo ser esta relação implícita ou explícita e dada

3 “The conventions of a language are passed down by teaching and learning, not through the germ plasm. Genes supply potentiality and a generalized drive since nonhuman animals cannot learn a (human) language and humans can hardly be prevented from acquiring one. Bee-dancing is probably genetic. [...] Every human language has tradition [...] If we design and build a collection of machines that communicate among themselves with a language, this property will be lacking.” (HOCKETT, 1966, p. 11-12)

4 Foucault (1969, p. 260).

5 Kabatek (2005a, p. 31-36).

tanto pela intenção do falante, como aquela do ouvinte. Com toda a sua força semiótica, o termo TDs situa-se, pois, como termo fundamental da teoria da linguagem, *entre* todos os fenômenos concretos, como axioma teórico, com respeito ao qual são posteriores todas as tradições concretas como fenômenos empíricos, além das suas generalizações e tipificações. Isto significa que ele inclui por definição todas as formas concretas de tradição, seja a tradição de uma citação concreta, de uma saudação, a tradição de uma forma como o soneto ou a tradição do artigo científico, inclusive a tradição da introdução a um artigo, a tradição do citar ou do estruturar; finalmente, também tradições particulares de grupos ou de instituições, como a tradição dos parlamentares conservadores franceses frente a seus adversários progressistas. E, nessa amplitude, o termo também inclui fenômenos que se referem às formas além das formas tradicionais da gramática de uma língua identificadas como tais pela linguística repetidamente: formas textuais, tipos textuais, gêneros textuais.

2 TD e gênero

De todos esses termos, *gênero* é certamente o mais complexo, já que, por um lado, é o que dispõe da tradição mais longa e, por outro, foi terminologizado em grande número de teorias até a atualidade. Dada a sua origem na retórica da Antiguidade, esse termo é considerado propriedade de comum. Já no seu emprego clássico, porém, não é usado como axioma teórico, mas para designar realizações culturais concretas; assim, o discurso em um pleito, o *gênos dikantikon*, não é nem universal nem faz parte de uma classificação universalista; antes, ele corresponde a uma TD ocidental, primeiro grega e depois romana. Esse tipo de delimitação que parte da generalização dos produtos domina a classificação da tradição textual até o presente, e isso tanto em trabalhos dedicados explicitamente à classificação textual, como naqueles para os quais essas classificações são secundárias. Frequentemente, a base dessas classificações está nas delimitações e classes disponíveis na comunidade linguística e se identifica, por exemplo, como "ensaio" o que leva esse nome. Com certeza, não é um erro tomar como base de uma classificação científica a intuição que se encontra sob uma categorização dada na comunidade dos falantes, mas com isso ainda não se terá atingido a delimitação explícita, só se terá iniciado o caminho que leva a ela. Dependendo do interesse particular de pesquisa, se aceitarão objetos já agrupados como tais segundo uma classificação já encontrada, ou se juntarão diferentes objetos particulares em grupos maiores, quando, por exemplo, na linguística de *corpus* empírica, encontramos diferenciações como "textos literários", "textos jurídicos" ou "textos jornalísticos". Tais classificações não põem em dúvida a identificação dessas áreas e não chegam a ela segundo a tradicionalidade mesma ou segundo a constituição dessas áreas: elas são aceitas como já dadas. Isto não é criticável de maneira geral, mas segundo os produtos não se aclarará o princípio da historicidade, e, ao mesmo tempo, os produtos trazem o perigo de generalizações às vezes problemáticas. Como mostramos nos nossos trabalhos sobre a Idade Média românica, o que às vezes se chama de maneira muito geral

o "gênero jurídico" é, olhado desde perto, uma rede complexa de tradições de expressões e conteúdos que de nenhuma maneira estão isoladas, mas que estão em relação estreita com tradições de outras áreas (do cotidiano, da literatura, da ciência, entre outras). Bem mais perto das ideias que queremos apresentar aqui se encontra o conceito dos *gêneros discursivos* de Mikhail Bakhtin.⁶ Já há bastante tempo, Bakhtin reconhecera a limitação que compreendia o termo saussuriano *langue* com respeito à tradição. A finalidade do termo *gênero* em Bakhtin provavelmente foi a de levar em conta a complexidade das tradições literárias, mas, com o ponto inicial dos gêneros *primários*, também se trata da tradição em um sentido teórico amplo. Só que a recepção moderna de Bakhtin não procurou desenvolver toda a amplitude do termo gênero, senão a limitá-lo sobretudo aos aspectos literários e à noção fundamental da intertextualidade na literatura. Mesmo assim, no seu núcleo, a crítica feita por Bakhtin ao estruturalismo pode bem ser considerada precursora da ideia das TDs, mas sem ter desenvolvido uma aplicação ampla com todas as consequências implicadas.

3 Tentativas de classificação

A delimitação exata do termo de TD e a sua diferenciação com respeito ao termo *gênero* não parecem unânimes nos diferentes trabalhos teóricos, inclusive no âmbito dos trabalhos da romanística alemã. Geralmente, identifica-se que algum fenômeno concreto ou alguns fenômenos correspondem a uma TD e se sublinha a importância geral das TDs. Mas não se chega a delimitar com integridade o que é subentendido sob esse termo. Em alguns trabalhos, parece que TDD é sinônimo de tipo de texto ou de gênero; em outros, estabelece-se uma relação taxonômica entre TD e gênero (cf. SCHKOTT, 2007).

Uma tentativa relativamente ampla de uma visão de conjunto foi apresentada por Raymond Wilhelm em diferentes trabalhos.⁷ Ele distingue três áreas de TD: fórmulas, formas textuais e universos de discurso. Essas três áreas representam diferentes graus de abstração de TD e elas podem estar combinadas uma dentro da outra: uma fórmula dentro do âmbito de um universo de discurso (uma fórmula de saudação como *caro amigo* pode ser parte da forma *carta*, que pode ser parte do universo do cotidiano). Parecem convencer de imediato os primeiros dois graus de abstração; menos clara é a questão do terceiro, e podemos perguntar-nos se aqui realmente se trata de áreas de tradição ou se deveríamos preferir a consideração dos "universos" como verdadeiros "universais", além da tradição. O termo universo de discurso foi utilizado por diferentes autores e foi delimitado de maneiras diferentes; Wilhelm adota a concepção de Eugenio Coseriu, que distingue quatro universos de discurso:⁸

6 Bakhtin (1989); cf. também Todorov (1982).

7 Cf. n.a. Wilhelm (2001, 2003).

8 Cf. Coseriu (2006).

- o universo do cotidiano
- o universo da ficção
- o universo de religião
- o universo da ciência

Ao contrário de outras classificações mais detalhadas que consideram, por exemplo, o mundo jurídico, o mundo das matemáticas ou o mundo da filosofia como universos de discurso próprios, esta classificação se refere às relações semióticas fundamentais que caracterizam todo falar, baseando-se no critério da relação entre sujeito e objeto: no universo do cotidiano, o sujeito fala desde a sua perspectiva subjetiva sobre os objetos; no universo da ficção, o sujeito fala de objetos sem existência real, objetos de um mundo criado pela fantasia (o qual não exclui que esses objetos tenham semelhança e até identidade com objetos reais); no universo da religião (ou da fé), se fala de "outro mundo", não comprovável, mas suposto como existente, e, por último, no universo da ciência, os objetos se descrevem como objetos desde uma perspectiva "objetiva".⁹

Na história cultural, a ordem segundo a qual apresentamos os universos de discurso corresponde a etapas de evolução, ficando as três primeiras fora do nosso horizonte histórico e unicamente a quarta dentro dele. Supomos que o mundo do cotidiano tenha sido o primeiro, já que o mundo da ficção é derivado dele. Quanto ao mundo da religião, ele parece logicamente posterior ao mundo da ficção, sendo também um mundo de ficção com um elemento adicional, que é a fé. Se na realidade essa ordem é correta, não o sabemos. Pode até ser que a religião seja anterior à ficção ou, o que é mais provável, que os dois mundos se criaram de maneira simultânea e que só posteriormente houve separação, ou que houve diferentes ordens em diferentes sociedades.¹⁰ A única certeza que temos é que a ciência é a invenção mais nova, tendo ela as suas raízes na percepção clássica da objetividade, a qual, com precusores na Antiguidade, só se faz real na Idade Média com a criação da universidade e uma *scientia* autônoma.

Os universos de discurso são, pois, "mundos" culturalmente adquiridos e construídos um sobre o outro, que se podem definir segundo a relação entre falante, signo e mundo. Manifestam-se em *discursos*: discursos cotidianos, ficcionais, religiosos ou científicos; e estes discursos correspondem, respectivamente, a tradições.

Os universos de discurso são os contornos mais gerais nos quais se situam os discursos ou textos, são como uma moldura na qual as outras tradições estão localizadas.

9 O deconstrutivismo tentou mostrar a impossibilidade dessa diferenciação e assinalar que todos os mundos – inclusive a religião, a ciência e o mundo cotidiano – se baseiam em construções, posto que o acesso direto aos objetos é impossível. Pode ser que essa crítica seja justificada, porém ela não é capaz de destruir a grande obra cultural da humanidade que consiste na diferenciação dos universos, esse fundamento da nossa organização social – quando muito, isto é possível em uma espécie de jogo intelectual, mas não com todas as consequências reais (com perda dessa palavra).

10 Precisamente nos últimos anos, a questão da universalidade da religião foi novamente formulada no concreto das – em parte polémicas – discussões sobre os trabalhos de Daniel Everett, que descrevem o povo amazônico dos Pirahã, o qual, segundo a discutida descrição de Everett, parece não conhecer nem mundos ficcionais nem mundos além do mundo cotidiano.

sem que os universos de discurso mesmos manifestem a sua tradicionalidade além desse sentido geral-cultural-histórico praticamente encoberto pelas tradições concretas.¹¹ As outras tradições, por sua vez, parecem tão complexas e tão múltiplas, que não se deixam classificar segundo um único critério, precisam de várias dimensões de categorização.

4 A repetitividade dos textos

Deixemos de lado por um momento duas questões que, mesmo não sendo pouco problemáticas, precisaremos esclarecer em outro lugar: de um lado, a delimitação da segunda historicidade com respeito à primeira (da gramática particular, do sistema linguístico) e, do outro lado, a questão da diferença entre a segunda historicidade e os princípios universais da atuação linguística, quer dizer os princípios da pragmática. Digamos somente: entre as TDs e a gramática, parece haver uma relação de influência mútua, manifestada sobretudo nas áreas "periféricas" da gramática; e entre TD e pragmática, relação é genética: as TDs são criadas em determinadas constelações discursivas e podem adquirir um valor autônomo pela sua repetição.

Mas aqui simplesmente vamos aceitar como axioma que os produtos linguísticos – os textos ou discursos – não são criados em cada ato de enunciação só em função de uma gramática e um léxico particulares, mas, ao mesmo tempo, com relação a textos já ditos ou escritos (repetindo ou variando ou evitando repetição). Poderemos, a partir daqui, perguntar-nos pelos fatores que entram em jogo na classificação desses produtos – fatores relevantes na comunicação verbal, fatores que guiam a relação entre o texto atual.

Sendo os elementos "tradicionáveis", repetíveis, sem limite, parece adequado partir de uma série de fenômenos particulares, tipificá-los e estabelecer ordem entre eles. Como os diferentes fenômenos particulares se situam. Começemos com a forma de TD mais simples, a imediata repetição de um enunciado, por exemplo, de uma saudação como "oi". É um enunciado que pertence à comunicação cotidiana, normalmente oral, é geralmente inserido em uma situação muito concreta, a sua repetição é repetição da forma e do conteúdo e o enunciado é relativamente breve; neste caso, uma só palavra. No outro lado do *continuum*, poderia situar-se, por exemplo, a tradição do romance, não cotidiana, escrita, sem correspondência à situação concreta e longa; ao mesmo tempo, nesta tradição, não se repete a expressão nem o conteúdo, não há repetição de fórmulas e só há unicamente coincidência formal, sem necessidade de que seja repetido nenhum elemento concreto. Alguns fatores estão em correlação com esses *continua*: quanto mais cotidiana a tradição, menos evidente será a sua autoria, desaparecida na névoa do coletivo. Quanto mais distante do cotidiano, mais variará a tradição e mais terá caráter de artefato. Mesmo

11 Sobre o conceito de *universo de discursos*, ainda queremos precisar que sobre a base dos quatro universos também se podem estabelecer diferentes possibilidades de combinação, quando distinguirmos entre uma finalidade imediata e outra, indireta, dos textos. Assim, algumas das *Frações* de Borges são aparentemente textos científicos, sendo em realidade textos ficcionais; o argumento principal do Pentateuco é cotidiano e, em outro plano, religioso. As correntes literárias como o realismo ou o realismo mágico jogam precisamente com esta combinação.

- WILHELM, R. (2001). Diskurstraditionen. In: HASPELMATH, Martin; KÖNIG, Ekkehard; OESTERREICHER, Wolf; RAIBLE, Wolfgang (Ed.). *Language Typology and Language Universals: an international handbook*, I. Berlin/New York: de Gruyter. p. 467-477.
- WILHELM, R. (2003). Von der Geschichte der Sprachen zur Geschichte der Diskurstraditionen. Für eine linguistisch fundierte Kommunikationsgeschichte. In: ASCHENBERG, H., WILHELM, R. (Ed.). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Narr. p. 221-236.

Tradições discursivas e tratamento de *corpora* históricos: desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro

Alfariano BARBOSA

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq/EAPERJ

"Eu vim para confundir, e não para explicar"
Abelardo Barbosa - Chacrinha¹

Palavras iniciais

Quero aproveitar este antigo bordão do apresentador de televisão mais conhecido por seu personagem de palco chamado *Chacrinha* para dizer que a motivação deste texto foi a certa confusão que tenho verificado na aplicação do conceito de Tradições Discursivas (doravante, TDs) em algumas aulas e trabalhos que temos visto aqui e ali. Na verdade, não tenho a pretensão de resolver confusões e explicar o que é e o que não é TD. Minha posição aqui é a de quem tenta operacionalizar o conceito de TD no trabalho de tratamento das propriedades dos *corpora* para o estudo do português brasileiro. Nesse sentido, sem querer ferir o que singulariza parcialmente as TDs em relação às teorias dos gêneros, a forma como compreendemos o conceito e como o operacionalizamos aqui são, na verdade, muito mais as explicações que gostaria de ver como verdadeiras e pertinentes. Minhas considerações são, portanto, expressões de um desejo de tornar operacional o conceito de TD para aquele momento de solidão com nossos textos e dados a serem categorizados. Começemos nossas considerações a partir de exemplos, de casos quase reais.

¹ Apresentador de programa televisivo de entretenimento, de grande audiência no Brasil na década de oitenta do século XX. Esse bordão por ele difundido é, muito provavelmente, uma citação de frase do pintor catalão Salvador Dalí.